

Revolução passiva e transformismo em Gramsci

Davi Maciel

Como citar: MACIEL, D. Revolução passiva e transformismo em Gramsci. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 165-168.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p165-168>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Revolução passiva e transformismo em Gramsci

David Maciel*

Os conceitos de revolução passiva e de transformismo são intimamente relacionados nas análises histórico-políticas realizadas por Gramsci, devendo ser pensados como elementos constitutivos de uma teoria explicativa da mudança histórica, elaborada para a compreensão dos distintos processos de revolução burguesa e de construção da hegemonia burguesa, ao longo dos séculos XIX e XX.

De acordo com a formulação de Gramsci, "pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior de forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações" (GRAMSCI, 2002:317). Em suas análises históricas o conceito de revolução passiva aplica-se tanto a processos de mudança histórica onde uma dada ordem social pré-capitalista é substituída por outra, de caráter capitalista, processos de revolução burguesa em sentido restrito; quanto a processos de manutenção da ordem social capitalista, revolução burguesa em sentido amplo. Em outras palavras, a revolução passiva expressa uma modalidade de mudança histórica presente tanto no processo de destruição da velha ordem e de criação de uma nova ordem social, como no caso do "Risorgimento" (processo de unificação italiana), quanto na passagem de uma fase a outra de uma mesma ordem social, como o Fascismo na Itália e o Americanismo-fordismo nos EUA, que expressaram a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista nestes países, ou, conforme Gramsci, uma "economia programática" (GRAMSCI, 2002:11-128; 1978:221- 224; 1976: 375- 413).

Claro está que esta modalidade de superação de uma ordem social por outra, que passou a predominar a partir de determinado período histórico, difere estruturalmente do modelo jacobino, discutido por Gramsci na análise do "Risorgimento" italiano e na análise da sociedade francesa, daí a sua caracterização pelo conceito de revolução passiva. Como tipo específico de mudança histórica, o processo de revolução passiva se explica em função das próprias condições presentes em determinada formação social, que impedem uma transformação social "de baixo para cima", onde predomine francamente um "contínuo processo de formação e de dissolução, seguido de formações mais complexas e ricas de possibilidades", "revolução permanente", e se crie um "consenso permanentemente organizado" (GRAMSCI, 1976:113-114).

O caso do "Risorgimento" italiano, estudado por Gramsci, expressa uma modalidade passiva de revolução burguesa, onde as diversas frações burguesas tem grande dificuldade de liderar (dirigir) um movimento de ruptura com a ordem pré-capitalista vigente, com base no apoio ativo das massas populares, recorrendo, ao contrário, a uma postura conciliadora e "adesista" diante das antigas classes dominantes (a aristocracia) e de seu Estado (o Reino do Piemonte)

* David Maciel é mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

e a um método transformista de cooptação das forças populares ("jacobinas", democrático-populares). Segundo Gramsci, "o importante é aprofundar o significado que tem uma função como a do 'Piemonte' nas revoluções passivas, isto é, o fato de que um Estado substitui os grupos sociais locais, ao dirigir uma luta de renovação. É um dos casos em que estes grupos tem a função de 'domínio', e não de 'direção': ditadura sem hegemonia" (GRAMSCI, 2002:330).

O Americanismo-fordismo e o Fascismo configuram-se como exemplos históricos de outra variante do processo de revolução passiva, aquela em que ocorre a passagem para um novo estágio da ordem social capitalista, que exige a reposição da hegemonia/dominação burguesa em novos termos, com base na realização de inúmeras iniciativas "moleculares", que, fatalmente, modificam a composição de forças precedente em favor de um movimento "progressista", ou seja, de intensificação e ampliação das relações sociais capitalistas. Nos dois casos opera-se a passagem da fase concorrencial para a fase monopolista do capitalismo, tendo a experiência norte-americana como a "matriz" deste processo, que, por caminhos diferentes, como o Fascismo, se transfere para a Europa, "atualizando" a própria civilização burguesa nascida em seu interior, mas "aclimatada" em melhores condições nos EUA (GRAMSCI, 1976:412-413). Na verdade, para Gramsci o Fascismo manifesta uma forma "imperfeita" de implantação do Americanismo-fordismo, imperfeição devida tanto às condições gerais da "civilização burguesa" na Europa, onde as "camadas geológicas" do velho mundo feudal ainda se fazem presentes no solo histórico do capitalismo, quanto às condições particulares na Itália, onde estas camadas foram fortalecidas por uma "revolução passiva".

Nas análises históricas que realizou sobre o "Risorgimento" italiano, Gramsci utiliza largamente o conceito de transformismo, associando-o de forma orgânica ao conceito de revolução passiva. Segundo ele: "O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a 'revolução-restauração' ou 'revolução passiva', a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália" (GRAMSCI, 2002:286), ou seja, o transformismo é a forma de um processo de mudança histórica cujo conteúdo é a revolução passiva, ou o método das "modificações moleculares".

No "Risorgimento" Gramsci localiza dois tipos transformistas distintos, ocorridos em momentos diferentes. Desde o início da unificação italiana até o final do século XX, Gramsci localiza um movimento transformista primitivo, de tipo "molecular", onde "as personalidades políticas originárias dos partidos democráticos de oposição incorporam-se gradualmente à classe política conservadora-moderada". Após 1900, formações políticas inteiras aderem à classe política conservadora, por meio da formação de novos "partidos-auxiliares" e/ou da absorção ideológica, caracterizando um novo tipo de transformismo. Podemos então concluir que o transformismo "molecular" se manifesta quando as forças dominantes operam um movimento de cooptação sobre os líderes (intelectuais orgânicos) das forças oponentes, decapitando-as, "sob formas e com meios que se podem chamar de 'liberais', isto é, através da iniciativa individual, 'molecular', 'privada' (ou seja, não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação prática e organizativa)" (GRAMSCI, 2002: 63).

Grande parte da análise de Gramsci sobre o "Risorgimento" parece fundamentalmente assentada nesta modalidade de transformismo, onde a direção política das forças dominantes se impõe sobre as forças oponentes fundamentalmente por meio da sua anulação como sujeitos políticos. Podemos então considerar que o transformismo "molecular" opera negativamente,

levando as forças oponentes à desarticulação e desmobilização. No entanto, o segundo tipo de transformismo, que chamaremos aqui de “ampliado”, se configura como um método muito mais duradouro e eficaz, pois permite a preservação das forças oponentes na arena da disputa política, porém, anulando progressivamente seu caráter contra-hegemônico, sem, necessariamente, “decapitá-las”. Neste caso, uma série de operações de ordem econômico-social, ideológica e política podem ser desenvolvidas para viabilizar a revolução passiva, ligadas, fundamentalmente, a um processo de redefinição do “modo de ser e agir” das forças oponentes, diretamente relacionado à alteração de sua práxis social e conseqüentemente de sua práxis política. Gramsci aborda este segundo tipo nas análises histórico-políticas que realizou sobre “Risorgimento” italiano, mas é nas análises do Americanismo-fordismo e do Fascismo italiano que tal procedimento se apresenta de forma mais frequente.

Na análise do “Risorgimento” italiano, consideramos que o transformismo “em sentido ampliado” se manifesta quando Gramsci destaca o papel do Estado piemontês como base militar, diplomática e burocrática do Partido Moderado e da burguesia no processo de unificação e da própria constituição do Estado italiano; ao tirar dos jesuítas o monopólio da educação, golpeando a força intelectual da Igreja Católica e atraindo os intelectuais para a hegemonia moderada; ao praticamente “anexar” o Reino de Nápoles com o apoio das milícias de Garibaldi; ao atrair “espontaneamente” os intelectuais moderados, organicamente enraizados nas “classes altas”, como membros da burocracia piemontesa; ao obrigar o Papado a correções de rota à esquerda e à direita até à adoção do popularismo, isto é da doutrina social da Igreja (Encíclica “Rerum Novarum” de Leão XIII), como fulcro de sua política mundial; ao definir os moldes institucionais dentro dos quais o Estado italiano se formou (GRAMSCI, 2002:62-66, 98, 100- 105). Estas considerações sugerem que a função dirigente do Estado piemontês no “Risorgimento” italiano permitiu-lhe definir as bases e os limites da luta política em torno da unificação, “modelando” a arena da disputa política e determinando a práxis política dos respectivos agentes, desde os liberais-moderados, até os democrata-populares do Partido da Ação, passando pelos “neoguefos” (vaticanistas). Esta direção também foi exercida no campo ideológico, com o Estado garantindo às forças vitoriosas no “Risorgimento”, aos “moderados”, as condições jurídicas e práticas para o predomínio da sua interpretação da história italiana e da sua concepção sobre a unificação, garantindo a “educação” das novas gerações conforme a direção intelectual-moral moderada.

No estudo do Americanismo-fordismo nos EUA o transformismo ampliado aparece de forma estrutural e, a nosso ver, associado organicamente à segunda variante de revolução passiva. Para Gramsci, a instalação dos métodos de produção e organização fordistas/tayloristas exigiu a criação de uma forma superior da “civilização burguesa”, “americanista”, em que os trabalhadores foram “educados/assimilados” por meio de uma série de operações. Operações ligadas desde à reestruturação do processo produtivo, no qual o trabalhador teve que desenvolver habilidades físicas e psicofísicas ligadas à especialização, à concentração, à organização e à rapidez, tornando-se um “gorila domesticado”, mas racional; até o estabelecimento de um “modo de vida” definido por uma “moral sexual proibicionista” fortemente valorizadora da monogamia, do casamento e da família, mas também por novos hábitos de habitação, nutrição, etc, viabilizados materialmente por uma renda salarial significativamente superior à média, praticamente “comprando” a adesão dos trabalhadores e ferindo mortalmente a combatividade dos sindicatos. Por sua vez, a “passivização” dos sindicatos

não exigiu a sua destruição, ao contrário, seu “destroncamento” implicou no seu redimensionamento como aparelho de hegemonia, agora a serviço da hegemonia burguesa e das operações exigidas pela fordistização da classe operária e não mais a serviço da combatividade operária e da contra-hegemonia. Neste processo, o Estado teve um papel importante, regulamentando o novo “modo de vida” ao mesmo tempo em que reprimia os comportamentos tidos como “desviantes” (veja-se o exemplo da “lei seca”). O “puritanismo” também teve um papel importante na conformação da praxis operária como ideologia “proibicionista”, ascética, elaborada e divulgada por diversos aparelhos de hegemonia, desde a escola e as igrejas até instituições “filantrópicas” como o Rotary Club, a Associação Cristã de Moços (YMCA), etc. A hegemonia nasce na fábrica, mas se generaliza pelas outras instâncias da estrutura social (GRAMSCI, 1976:375- 413). Nestas condições, a hegemonia burguesa como que se “naturaliza” como “modo de vida”, como “modo de ser e agir”, daí Gramsci designar o americanismo como forma superior da civilização burguesa “européia”.

No caso do Fascismo italiano, o transformismo ampliado aparece de modo imperfeito, menos “espontâneo”, menos “natural”, exigindo que a “modelagem” da práxis social e política das forças oponentes se faça acompanhar de mecanismos abertamente coercitivos, “decapitando” suas lideranças, ou mesmo abolindo alguns de seus aparelhos de hegemonia. No entanto, medidas como a instalação do corporativismo, como forma encontrada pelo Estado para “moldar” os trabalhadores à fábrica fordizada e anular a organização sindical combativa, o desenvolvimento de uma política francamente industrialista e voltada para orientar a economia segundo um plano (GRAMSCI, 1976:384- 386), além do próprio papel do partido e do regime totalitários como elementos de mobilização das massas e modelagem de forças e instituições políticas, evidenciam tentativas semelhantes às adotadas nos EUA, porém com muito maior dose de repressão, com o Estado intervindo de forma muito mais ampla. Neste caso a “decapitação” das forças oponentes, particularmente a classe operária, se deu “por cima”, com o desbaratamento de suas organizações e a repressão sobre seus dirigentes. No entanto, seu potencial de mobilização não foi desprezado, ao contrário, sendo utilizado em favor do regime fascista por meio do partido e dos sindicatos, principalmente.

Deste modo, nestas situações de transformismo ampliado os elementos estruturais, permanentes, institucionais, prevalecem sobre a simples ação voluntarista, “privada”, “liberal”, como diria Gramsci, dos agentes sociais e políticos, impondo-lhes constrangimentos e limites. Gramsci tem clareza desta situação quando afirma: “Sobre a revolução passiva. Protagonistas os ‘fatos’, por assim dizer, e não os ‘homens individuais’. Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase” (GRAMSCI, 2002:328).

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. segunda edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Concepção dialética da história*. Terceira edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Volume 5. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.